

À
Impugnante,

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 0639-25 - SERVIÇOS DE HIGIENE OCUPACIONAL E ERGONOMIA

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido indeferido.

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (Artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública. Pelo mesmo motivo, a binacional não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU). Inclusive, os temas já foram objeto de decisões do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF)¹.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V. Sa, passamos a analisar vossas insurgências, que em suma, alegam:

- I) Restrição indevida à competitividade do certame - certificação de Higienista Ocupacional Certificado (HOC) pela ABHO exigindo que este profissional pertença ao quadro próprio da Contratada**

Inicialmente, é importante esclarecer que a exigência de um profissional com certificação HOC emitida pela ABHO não constitui um critério de habilitação desta licitação. Trata-se, na verdade, de uma obrigação contratual a ser cumprida pela empresa que vier a ser contratada para a execução do objeto licitado.

Dessa forma, tal exigência não configura uma restrição à competitividade, uma vez que não impede a participação de potenciais licitantes. Pois, caso o licitante vencedor ainda não disponha do profissional certificado, poderá buscá-lo no mercado após a adjudicação do contrato.

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº1/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

Nesse contexto, é pertinente destacar a Nota do item 4 da Especificação Técnica, a qual define o que se entende por “quadro próprio da Contratada”, abrangendo vínculos celetistas, societários e contratuais. Assim, por exemplo, a CONTRATADA poderá firmar contrato com o profissional, nos termos da legislação civil.

Quanto à necessidade deste profissional na execução dos serviços, fundamenta-se na necessidade de garantir competência técnica qualificada para avaliação e controle de riscos ocupacionais. A certificação HOC assegura que o profissional possui conhecimento técnico aprofundado em metodologias reconhecidas (NHO, ACGIH, NIOSH), análise de dados de exposição, definição de estratégias de controle e gestão de incertezas. Isso reduz riscos à saúde dos trabalhadores, mitiga passivos trabalhistas e previdenciários, assegura conformidade com as melhores práticas globais e fortalece a responsabilidade técnica perante o sistema CONFEA/CREA. Trata-se de uma garantia de rigor técnico, segurança jurídica e excelência em gestão de riscos ocupacionais.

II) A falta de detalhamento sobre a composição da equipe - Requisito Técnico - Quadro 6: Profissionais Para Ergonomia

A ITAIPU esclarece que para a realização dos serviços “1) *Ações do Programa de Ergonomia*” e “2) *Consultoria e capacitação em Ergonomia*”, será necessário apenas um profissional com uma das seguintes formações:

- Fisioterapeuta; ou
- Educador Físico; ou
- Enfermeiro do Trabalho; ou
- Engenheiro de Segurança do Trabalho.

Este profissional deverá ser legalmente habilitado e ter especialização em Ergonomia, devendo pertencer ao quadro próprio da CONTRATADA. Para um melhor entendimento, a ITAIPU promoveu a alteração no item 4 “REQUISITOS TÉCNICOS” das Especificações Técnicas, com o detalhamento da qualificação técnica do profissional. Favor reportar-se ao Aditamento 2, publicado nesta data.

Por fim, ressalta-se que, à semelhança do profissional mencionado no item anterior, a eventual inexistência do referido profissional no quadro técnico do licitante vencedor não constitui impedimento à sua participação no certame, sendo possível sua contratação no mercado após a adjudicação do objeto contratual.

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº2/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

III) Critério de Medição e Pagamento - Planilha de Preços - Ausência de um critério claro e detalhado para a medição e faturamento dos serviços

O CBC apresenta, no item 3 das Especificações Técnicas, o Quadro 1, que consolida o resumo dos serviços a serem executados pela CONTRATADA. Ademais, na Planilha de Orçamento Estimado e na Planilha de Preços, constantes dos Anexos II e III do CBC, respectivamente, encontram-se discriminadas as quantidades estimadas e as respectivas unidades de medida dos serviços a serem prestados ao longo dos 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual.

A CONTRATADA deverá executar uma quantidade determinada de serviços em cada visita técnica, conforme o cronograma de trabalho previamente acordado entre a ITAIPU e a CONTRATADA. Essa quantidade será definida com base no total de serviços propostos e no número de visitas previstas, conforme detalhado no quadro 1 e no subitem 3.1, das Especificações Técnicas, respectivamente Anexo I do CBC. A comprovação deverá ocorrer por meio da disponibilização dos documentos, formulários e materiais elaborados, além de apresentações formais à ITAIPU por meio de reuniões.

O cronograma de trabalho discriminará as quantidades programadas a serem executadas a cada bimestre, obedecendo ao planejamento da ITAIPU com a previsão de até 12 visitas técnicas “bimestrais” (Item 3 das Especificações Técnicas, Anexo I do CBC).

Com o objetivo de facilitar o entendimento das medições e entregas dos serviços, a ITAIPU acrescenta o subitem 3.1 “Operacionalização dos Serviços” e subitem 3.2 - “Das Entregas” nas Especificações Técnicas, Anexo I do CBC, com o detalhamento e a forma de entrega dos serviços descritos no Quadro 1 desta especificação.

No que tange à precificação, as proponentes deverão observar rigorosamente as unidades e quantidades indicadas na Planilha de Preços, constante do Anexo III, bem como atender às condições contratuais e às especificações técnicas estabelecidas, conforme disposto, respectivamente, nos Anexos III e IV do edital.

IV) Reavaliar o prazo estabelecido para a visita técnica inicial, estendendo-o para 60 (sessenta) dias corridos a partir da assinatura do contrato ou possibilidade de prorrogação

Diante da necessidade da continuidade dos serviços, bem como do cumprimento das normas internas da ITAIPU e da legislação brasileira aplicável, indefere-se o pedido, mantendo-se o prazo estabelecido de 30 (trinta) dias.

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº3/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,

Rodrigo Silva Cunha
Superintendente de Compras em exercício

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº4/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/4468-6B2A-B3E6-54E7> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4468-6B2A-B3E6-54E7



Hash do Documento

27B5CE80F27A955C38F596F3ECC16337AD95045B1AAFA0240A15D6EE5B913B68

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/06/2025 é(são) :

☒ Rodrigo Silva Cunha - 008.***.***-32 em 18/06/2025 14:47 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital